

TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO JUNTO AO PROFESSOR SURDO

Francisca Josseany da Silva Campos Gomes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Franciscajosseany@recife.ifpe.edu.br

Wiliene de Melo Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Wiliene.souza@garanhuns.ifpe.edu.br

1 Introdução

Pensar em um povo surdo considerando as especificidades de sua cultura e de sua língua é tarefa que só recentemente vem ganhando espaço e sendo valorizada pela sociedade. Certamente uma das maiores conquistas legais da comunidade surda brasileira, foi o reconhecimento – como um meio legal de expressão e comunicação tendo em vista a aprovação da Lei nº 10.436 de abril de 2002 – da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e da aprovação do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que garantiu dentre outras coisas, uma educação bilíngue e o direito a presença do intérprete de Libras. Estes fatos puderam suscitar em avanços significativos para o reconhecimento da profissão do tradutor/intérprete de Libras.

O tradutor/ intérprete é aquele que transmite conteúdos e informações de uma língua fonte para uma língua alvo, sendo necessário segundo Aubert (1993) o domínio de competências que envolvem a tradução, a saber: a competência linguística e a competência referencial (AUBERT, 1993, In. BARTHOLAMEI JUNIOR E VASCONCELLOS, 2008). A primeira diz respeito ao domínio dos códigos linguísticos das línguas envolvidas na tradução, isto é, do domínio que o intérprete tem nas questões ligadas a sintaxe, aos léxicos, a semântica, enfim, a estrutura gramatical de ambas as línguas. Já a segunda, refere-se ao conhecimento que deste profissional em relação ao referente. Por exemplo, o intérprete cuja formação foi na área educacional pode não ter a competência referencial de uma determinada temática da medicina, mas poderá buscar outras estratégias para alcançar este conhecimento.

Neste contexto, o Decreto 5.626 de 2005 descreve em seu Capítulo V uma formação específica para atuação destes profissionais que se fará por meio de curso superior em Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa conforme segue: “Art.17. A formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa”.

Essa investigação surgiu a partir de inquietações em relação a formação do tradutor/intérprete de Libras presentes nos Institutos Federais de Ensino, Pesquisa e Extensão que atuam como apoio comunicacional de professores mestres surdos, tendo em vista o nível de formação exigido como requisito para ingresso na carreira pública.

Sabe-se que a lei que regulamenta a referida profissão é a Lei Nº 12.319/10 apresentando o nível médio como o suficiente para exercício do cargo. No entanto, ao consideramos a Lei da Acessibilidade (Lei Nº 10.098/00), entendemos o direito de acesso à comunicação para os surdos em todos os órgãos e instituições, inclusive as educacionais de nível superior. Diante disto, percebemos uma divergência entre o nível de formação do profissional tradutor/intérprete de Libras e o nível de formação dos professores surdos destas instituições, pois o grau de instrução destes que precisam do serviço de tradução/interpretação em cursos de Graduação e Pós-graduação, requer o apoio de tradutores/intérpretes que, pelo menos, tenham formação em curso superior, já que isto lhe oferece melhores condições para compreender os sentidos das informações acadêmicas que estão fora do alcance de quem parou sua escolaridade no nível médio de ensino.

Dessa forma, este estudo busca respostas a seguinte questão: Qual o nível de compatibilidade entre a formação do tradutor/intérprete de Libras e o nível de proficiência que os professores surdos com formação acadêmica requerem?

Para responder a esta pergunta, construímos os seguintes objetivos: Incitar a discussão sobre o nível de compatibilidade ou incompatibilidade entre a formação de parte das pessoas que exercem a função de tradutor/intérprete e o nível da proficiência que professores surdos com formação acadêmica de graduação e/ou de pós-graduação requerem deste profissional que lhe presta apoio, desenvolver considerações afins confrontando as necessidades reais desses professores surdos com as condições de formação que a Lei que Regula a profissão do tradutor/intérprete de Libras (Lei nº 12.319/10) estabelece como suficiente para o exercício da função de tradutor/intérprete nas instituições de ensino superior, bem como, discutir algumas competências que subsidiam a tarefa de interpretação.

A partir de considerações inerentes a algumas competências que subsidiam a tarefa de interpretação e do nível de formação que a Lei do Intérprete estabelece para considerar uma pessoa apta para desenvolver a função de tradutor/intérprete também no nível superior de ensino, o presente estudo busca oferecer uma discussão sobre a questão da (in)compatibilidade entre a formação exigida na legislação e a que é exigida nos editais dos concursos das universidades e instituições de nível superior.

2 Metodologia

A utilização de métodos e técnicas em pesquisas deve estar associada aos objetivos e a fundamentação teórica do objeto de estudo estabelecido pelo pesquisador (OLIVEIRA, 2008, p. 58). Nesse contexto, considerando a dinamicidade que envolve as relações sociais, tendo como parâmetro as ações educativas que são realizadas nos ambientes educacionais com alunos surdos, optou-se por utilizar, nesse estudo, a abordagem qualitativa de pesquisa, por facilitar a descrição da complexidade de problemas e hipóteses, bem como, por “analisar a interação entre as variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais e oferecer contribuições no processo das mudanças” (OLIVEIRA, 2008, p. 59).

Entre os vários tipos de pesquisa associados a esta abordagem optamos pela pesquisa etnográfica por ser entendida como o estudo de um grupo ou povo, tendo como características específicas:

- O uso da observação participante, da entrevista intensiva e da análise de documentos;
- A interação entre pesquisador e objeto pesquisado;
- A flexibilidade para modificar os rumos da pesquisa;
- A ênfase no processo, e não nos resultados finais;
- A visão dos sujeitos pesquisados sobre suas experiências;
- A não intervenção do pesquisador sobre o ambiente pesquisado; (GERHARDT e SILVEIRA (org), 2009, p. 41).

Objetivando alcançar resultados, os dados coletados se apresentaram mediante os seguintes instrumentos de pesquisa: a observação e a entrevista. A entrevista, segundo Gil (2007, p. 117) pode ser entendida como uma técnica em que o entrevistador formula perguntas ao investigado com o objetivo de obter os dados que interessa à investigação. E a observação nos proporcionou a verificação e comparação das respostas dadas na entrevista.

Utilizamos como objeto de pesquisa seis (6) profissionais tradutores/intérpretes de Libras do IFPE com a mesma formação exigida (nível médio) na legislação e nos editais dos concursos das universidades e instituições de nível superior. Para fins de pesquisa trataremos estes profissionais como TILa, TILb, TILc, TILd, TILi e TILe.

Vale salientar que realizamos estudos por meio de trabalhos acadêmicos e pesquisas em textos através da internet, onde foi possível visualizarmos a questão em âmbito nacional, por meio de campanhas de abaixo-assinado e outras formas de protestos e lutas pela mudança do nível D (nível médio) para o nível E (nível superior)¹, bem como, a partir de vivência e reflexos acerca da temática.

As observações ocorreram nos diversos contextos em que os professores surdos se fizeram presentes, sendo necessário para o intérprete atuar como apoio comunicacional nas atividades de ensino e/ou de apresentação de comunicações em eventos acadêmicos, participação em reuniões e

¹Nível D (nível médio) e Nível E (nível superior) referem-se aos níveis de escolaridade exigidos nos Editais de Concursos Públicos como requisito para ingresso no cargo pretendido.

congressos.

3 Desenvolvimento:

3.1 Algumas competências que subsidiam a tarefa de interpretação

Com base nos estudos de Aubert (1993) presente no livro Estudos da Tradução I, cujos autores são Bartholamei Junior e Vasconcellos (2008), há pelo menos, duas competências utilizadas no ato da interpretação/tradução que contribuem para a organização das informações a serem transmitidas para a língua alvo. São elas: a competência linguística e a competência tradutória.

Levando em consideração os diferentes tipos de contextos em que o intérprete está presente, torna-se relevante ter conhecimento das possibilidades de escolhas lexicais que este profissional pode fazer, assim como, dos elementos referenciais que irão auxiliar na compreensão do discurso por parte do surdo, principalmente em se tratando de interpretação simultânea em que se exige tempo hábil para alcançar o discurso original.

Voltando o olhar ao tradutor/intérprete de Libras, concordamos com Quadros ao afirmar que este profissional não é um simples reproduzidor (neste caso) da Língua portuguesa para a Libras ou vice-versa. Nas palavras dela:

Decisões sobre o significado estão baseadas nas palavras. Pensa-se no intérprete como um reproduzidor de textos, sinais, palavras e sentenças, quando na verdade sabemos que somente sinais, palavras e sentenças não são suficientes para que o surdo construa sua concepção referente ao discurso (QUADROS, 2003, In. MARCON, 2012, p. 08).

Dessa forma, o profissional tradutor /intérprete de Libras é aquele que interage com ambas as línguas, sendo necessário para tanto um trabalho que permita ao surdo entender, elaborar e construir conceitos e ideias que ocorrerá por meio dos conceitos e do conhecimento que o intérprete tem acerca daquela temática. Esta familiarização com determinados conteúdos está relacionada à competência referencial, que segundo Aubert (1993) “se refere ao desenvolvimento da capacidade de buscar conhecer e se familiarizar com os referentes dos diversos universos em que uma atividade de tradução/interpretação pode ocorrer”.

Por fim, destacamos que cabe ao intérprete conhecer não apenas a Língua Portuguesa e a Libras, mas para além disto, ter fluência. Neste aspecto enfatizamos a competência linguística que diz respeito, ao conhecimento gramatical, a habilidade de escolher os elos que determinam a coerência e a coesão do discurso. Ainda concordando com Aubert (1993) “ É importante salientar que essa competência deve ser desenvolvida para as duas línguas em contato: a língua que, para o tradutor/intérprete é estrangeira – L2 – e aquela que lhe é ‘materna’, L1” (In. BARTHOLAMEI

JUNIOR e VASCONCELLOS, 2008, p. 15).

Assim, entendendo a relevância de tais competências, a grande questão que se coloca diz respeito à formação do tradutor/intérprete de Libras como acessibilidade a tais conhecimentos e o reconhecimento por parte dos editais de concursos públicos de instituições de nível superior.

3.3-Relato e análise de algumas experiências vivenciadas por profissionais na interpretação junto a professor surdo no Ensino Superior

Com base nos relatos de experiência de seis tradutores/intérpretes de Libras que atuam junto aos professores surdos em instituições de nível superior, foi possível verificarmos os anseios e dificuldades encontradas por eles ao se depararem como intérpretes de professores surdos com formação em pós-graduação. Este fato pode ser verificado facilmente na fala de TILi ao relatar que “apesar de ser graduada, senti sérias dificuldades quando estava em reuniões e tive que fazer a interpretação libras/Língua Portuguesa para o professor surdo”. Podemos dizer que isto aconteceu porque os termos utilizados pelo professor em sua língua materna (a libras) não eram conhecidos por ela, além da escolha lexical da profissional em alguns momentos que poderiam ser substituídos por termos mais adequados ao vocabulário de uma pessoa com essa formação acadêmica.

Outro profissional, o TILe, diz que sentiu dificuldade em “fazer a voz” de professores surdos da instituição, tendo em vista que não possuía a formação específica na tradução/interpretação, segundo ela: “(...) pois além da complexidade das expressões, a rapidez de como esses usuários expressam suas convicções e conhecimento faz com que a pessoa que está interpretando na ação simultânea não consiga alcançar, omitindo algumas informações ou distorcendo o que está sendo dito”.

Situações como esta, faz com que os próprios surdos percebam e procurem tomar posições, conforme podemos ver no relato que segue:”Em um seminário sobre Inclusão e Acessibilidade realizado em um dos campi do IFPE, estiveram presentes uma representantes significativos da comunidade surda e entre eles professores da UFPE- Universidade Federal de Pernambuco. Alguns dos participantes surdos procuraram a organização do evento para dizer que não estavam compreendendo a interpretação de um dos intérpretes concursados pela instituição” (TILb).

Ainda neste contexto, oTILc relatou “ Eu fui participar em um evento realizado por uma Instituição de nível superior, em outro estado, e observei a interpretação de mais de 10 profissionais em um encontro de quatro dias. Lá foi possível perceber que a atuação dos deles apresentava graves falhas de coerência textual , e falta de habilidade com as línguas envolvidas”.

Já no caso do TILa, este compartilhou uma de suas vivências: “(...) fui lotado em um dos campi para interpretar em um dos cursos técnicos para um estudante surdo, e mesmo com uma

formação em nível médio, quero dizer, o mesmo nível do aluno, senti sérias dificuldades por não conhecer sinais tão específicos para aquela área de conhecimento”.

No entanto, foi possível perceber por meio das observações em eventos acadêmicos a qualificação de muitos profissionais e a competência na tradução/interpretação e percebemos características semelhantes entre esses talentosos profissionais.

Alguns deles são codas (filhos de surdos), ou possuem outro tipo de parentesco muito próximo com surdos ou mesmo são professores que convivem na comunidade surda por anos. Em nosso estado (Pernambuco) só houve uma turma de Letras\Libras Bacharelado à distância pela UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, cerca de 30 profissionais, com habilidades e técnicas desenvolvidas durante o curso, mas é um número insignificante para um estado com tantos surdos.

Um dos nossos professores de Libras e intérprete diz que diante dessa escassez de formação para o intérprete o que se tem a fazer é conviver com a comunidade surda para se tornar mais conhecedor da língua de sinais, segunda língua para nós ouvintes. Ler bastante para ter várias possibilidades de escolhas lexicais para quando precisar fazer a interpretação versão voz (quando o surdo se expressa em língua de sinais e o intérprete a interpreta para a língua portuguesa), e buscar conhecer com fluência não só a língua de sinais como também a língua portuguesa.

4. Conclusão

Compreendemos que seja necessária uma maior oferta das universidades de cursos de Letras/Libras bacharelado visando preparar o profissional intérprete para atuar na educação básica e em todos os outros níveis de escolaridade como também em outros setores da sociedade. Deve ser feita uma alteração no que diz respeito à exigência mínima no grau de instrução desse profissional visando uma melhor qualidade do uso das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa.

5. Referências

Bartholamei Junior, Lautenai Antonio e Vasconcellos, Maria Lucia. Estudos da Tradução I. Curso de Bacharelado em Letras/Libras. Florianópolis, 2008.

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL, **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL, **Lei° 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida ,e da outras providências.

BRASIL, **Lei N° 12.319 de1° de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão detradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

GERHARDT, Tatiana Engel E SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARCON, Andréia Mendiola. O papel do tradutor/ intérprete de Libras na compreensão de conceitos pelo surdo. *ReVE*, v. 10, n. 19, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.